

SESSÕES DO PLENÁRIO

3ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. MARIA DEL CARMEN *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Cel. Gilberto Santana, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pedro Tavares, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Temóteo Brito e Tom Araújo. (29)

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Leitura do expediente.

(A Srª Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 14.12.2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Srª Presidente que ora preside a sessão, deputada Maria del Carmen, deputada Luiza Maia, minhas companheiras

funcionárias desta Casa aqui cumprindo as suas obrigações, queria parabenizar o governador Jaques Wagner pela nomeação do Dr. Paulo Barbosa, que hoje assumiu a chefia de gabinete da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. O Dr. Washington Couto já foi nomeado secretário e o chefe de gabinete, Dr. Paulo Barbosa, tomou posse hoje. Sem dúvida nenhuma um dos melhores cardiologistas da Bahia e que possui experiência em gestão pública. Ele foi diretor do Hospital Roberto Santos, e quem passa pela gestão daquele hospital com certeza está preparado para qualquer missão. Ganha a Secretaria da Saúde, ganha a saúde na Bahia e ganha o Estado da Bahia com a nomeação tão importante de uma figura de notável conhecimento e capacidade administrativa. Está de parabéns o governador e o povo da Bahia também, que vai ser muito bem tratado na área de saúde.

Queria aqui comentar, deputada Maria del Carmen, ontem V.Ex^a levantou o debate sobre o IPTU e, hoje, temos a notícia de que o prefeito sancionou a nova Lei das Guaritas. Uma lei esdrúxula, nunca vi uma coisa tão ridícula. Obriga, a partir de agora, todos os prédios de Salvador, independente da idade que tenha, comerciais e residenciais, a construir uma guarita de 2 metros de alvenaria e com uma cabine de vidro à prova de bala. Logo logo, deputada Luiza Maia, vão fazer uma lei para que os porteiros fiquem de metralhadora recebendo os visitantes. Como se isso fosse resolver o problema de segurança. Infelizmente a Bancada de Oposição não está aqui, a Bancada que admira tanto o seu líder, seria bom que eles estivessem aqui. A partir de agora vamos beber só uma marca de cerveja em qualquer festa popular, porque o poder econômico tomou conta da festa do povo de forma impositiva. Além de nos obrigarem a beber uma única marca de cerveja, agem com violência tomando a mercadoria dos ambulantes que vendiam outra marca de cerveja.

E, agora, quer nos obrigar a fazer guaritas. Imaginem que com a modernidade, com a tecnologia, muitos prédios já avançaram e têm a digital para liberar a entrada. E aí, como é que vão ficar essas guaritas, deputada Maria del Carmen, V. Ex^a que é engenheira civil? Gostaria que V.Ex^a falasse um pouco aqui para esclarecer à população como seria para executar essa lei. Com certeza, a Bahia vai entrar para a história em nível nacional.

Então, como é que vão ficar os prédios antigos? Será que vão ter espaço? Como vai ser para construir esses 2 metros de alvenaria com uma cabine à prova de bala? E o pobre do porteiro para atender as pessoas. Hoje, é um dia triste para a inteligência do nosso Estado. O porteiro, com certeza, do alto, quem morar em local de festas populares, ele vai ficar vendo todo mundo só bebendo uma marca de cerveja. Daqui a pouco eles vão nos obrigar a pintar nossas casas de uma cor só e cercá-las com cerca elétrica. Ainda bem que em Camaçari não é assim, não é, deputada Luiza Maia? Estamos na capital do Estado e a tendência é que a capital seja uma referência para os municípios, principalmente os pequenos que tendem a copiá-la. O que vai ser desse monte de guaritas para proteger os condôminos, segundo diz o texto da justificativa.

Então, quero lamentar e dizer que nesse dia a inteligência do povo baiano foi agredida e se fez pouco do povo baiano. Então, deputada engenheira civil, Maria del

Carmen, nos ajude a esclarecer ao povo dessa terra como é que Salvador vai construir essas guaritas. Muito obrigada, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos acompanham através da *TV Assembleia*, funcionários, lamento também, deputado, não termos outros deputados aqui nesta sessão, mas acho que a nossa capital e esta Casa precisam realmente tomar pé em algumas questões.

A questão da guarda municipal armada é um debate que também precisa ser feito. Não é qualquer pessoa que tem capacidade e competência para estar armado numa sociedade tão complicada, tão desigual e cheia de problemas como a nossa. Sobre essa questão que V.Ex^a fala das guaritas, ainda não tive conhecimento da lei, vou ler daqui a pouco, vou estudá-la para lhe ajudar nessa discussão porque realmente é uma coisa esdrúxula, e a nossa engenheira tão competente vai nos ajudar a fazer essa discussão.

Quero registrar o nosso repúdio quanto ao problema do IPTU. Esta Casa não pode deixar de se manifestar, sei que é uma questão municipal, mas criou muita confusão para a nossa sociedade, e ouvimos as declarações das pessoas. O prefeito tem que aproveitar a boa vontade do governo do Estado e do governo federal, que o tem ajudado tanto em muitos projetos, com tantos recursos para atender e amenizar o sofrimento e as demandas da nossa sociedade. E não arrochar como tem sido essa questão do IPTU. Estamos vendo a nossa capital de cabelo em pé querendo resolver as suas questões, e o tumulto nos locais adequados para se resolver. Precisamos também dar a nossa contribuição para essa discussão. Quero também registrar que no dia 22 de janeiro de 1984 foi fundado o Movimento Sem-Terra, na cidade de Cascavel, no Paraná. Nessas três décadas a mobilização pela reforma agrária tem sido grande, mais de 2.500 ocupações foram feitas, mas o nosso governo, a nossa presidente não tem tido um olhar necessário para essa questão da reforma agrária. O trabalhador rural tem muita paciência, tem resistido debaixo da lona preta durante tantos anos aguardando ser assentado, é preciso que haja um olhar diferente da nossa presidente.

Ouvimos as críticas do deputado Valmir Assunção dizendo que o governo da presidente Dilma não olhou com carinho esse problema da reforma agrária. Compreendo que a bancada do agronegócio e os ruralistas, que têm tanta força na Câmara Federal e no Congresso Nacional, têm pressionado realmente, têm feito essa disputa e estão ganhando esse debate. Mas precisamos também entender e apostar na importância da reforma agrária no nosso Brasil. O agronegócio tem produzido alimentos cheios de venenos ao pensar só na exportação, no lucro, acabando e desmatando o nosso interior. Acho que esta Casa precisa ter uma posição, dar apoio a esse movimento tão importante que completa 30 anos de muita resistência e muita luta.

A capacidade do movimento das pessoas do interior tem de resistir, não desanimar. Não deixar de ter paciência também é importante, mas tudo tem limite. O poder público, tanto do Estado como do governo federal, precisa ter uma atenção melhor para a questão da reforma agrária no nosso País. Além dela, precisamos igualmente de outras reformas. Quando tivermos uma reforma política para que outros segmentos da sociedade consigam ocupar espaços de poder, tenho plena certeza de que essa correlação de forças mudará. Aí, a nossa presidente e as nossas autoridades eleitas terão de atender também não só quem está fazendo a pressão através da força e do dinheiro para chegar aos espaços de Poder, pois precisarão ajudar a resolver determinadas demandas de determinados segmentos. Acho que a questão do Movimento dos Sem-Terra e da luta do trabalhador rural é fundamental, importante e não pode passar como se não fosse nada para nós desta Casa. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, deputado Marcelino Galo, que ocupa a cadeira presidencial dos trabalhos nesta manhã, deputada Luiza Maia, nossas taquígrafas que estão conosco todos os dias aqui, funcionários deste Legislativo que nos acompanham e os que nos assistem pela *TV Assembleia*, fiquei ouvindo as palavras e observações trazidas a esta tribuna por V.Ex^a, deputado Marcelino, sobre a lei recém-sancionada pelo prefeito de Salvador com referência à implantação de guaritas.

Como hoje pela manhã estive dando entrevista de uma hora e meia a uma rádio comunitária, não tinha tido oportunidade de ler e debater o assunto, também porque fiquei até muito tarde numa discussão com uma das comunidades que acompanhamos em Salvador. Então, de fato, eu não havia estudado o tema. Mas é algo que beira as raias do ridículo imaginar que numa cidade como a nossa terão de ser colocadas guaritas nos prédios!

Se fosse estabelecido que as novas unidades habitacionais a serem construídas tivessem uma guarita com no mínimo dois metros quadrados e que ela fosse feita com a especificação do que deve ser daqui pra frente, eu ainda poderia entender. Mas o que fazer com os prédios já existentes?! Moro num prédio de três pavimentos, deputada Luiza Maia - eu e meus pais. Na realidade, são dois. O resto é um terraço pequeno. E lá na minha casa não tem como fazer guarita. É um prédio, será classificado como prédio. Vai-se fazer a guarita como? Assim como em diversos outros prédios.

E o comércio todo fará como as guaritas nos prédios comerciais?! Pelo que o deputado Marcelino Galo falou aqui, não será só para os prédios residenciais, mas também para os comerciais. De repente, algum vereador teve essa “brilhante ideia”. Não sei se o deputado Marcelino tomou conhecimento de quem é o autor do projeto. Espero que não tenha sido do próprio Executivo.

Mas vamos ter tempo de observar essa lei, quais são os critérios, o que ela

estabelece e como isso será fiscalizado. Não se consegue nem fiscalizar as construções nesta cidade, onde 60%, talvez até 70% delas sejam informais, o que significa que não têm alvará de construção.

Há prédios sujos por toda a cidade e a gestão municipal não consegue acompanhá-los. Vejam, a gestão municipal não consegue acompanhar as vias de tráfego intenso. Agora, imaginem o tráfego em outros locais onde não é tão intenso e onde é mais difícil a fiscalização chegar! Como será feita esta fiscalização? É inacreditável, não é?

Com tantas outras coisas importantes para serem realizadas, ainda há mais isto para que a gente se preocupe exclusivamente. Não que nós não devamos nos preocupar com o porteiro. Não é isso. Temos de ter uma preocupação com ele a fim de dar-lhe as condições adequadas de trabalho.

Quanto a isso, ou seja, quanto às condições adequadas de trabalho, acho que tem de ter assim como também há de se ter um lugar confortável para permanecer e não pode ser qualquer cubículo. Não pode ser feito como, às vezes, é feito com os vigilantes que o colocam para estar numa guarita com, apenas, um metro quadrado e sem ventilação nenhuma. Há o exemplo de cubículos compostos com materiais de fibra colocados em alguns locais. É impossível alguém prestar um bom serviço naquele lugar, pois a pessoa tem de estar do lado de fora expondo a sua própria vida.

Então, a preocupação com a vida é real e pode acontecer. Mas a forma como esta lei, pelo menos aqui como foi trazida, é algo inacreditável. Segundo a informação do deputado Marcelino, o Conselho Regional de Engenharia já se coloca contrário a essa posição.

Mas quero voltar à questão do IPTU. É uma pena que, hoje, o deputado Elmar Nascimento não esteja no plenário para que pudéssemos ampliar o debate e a discussão. Também, o meu tempo já está acabando agora.

Mas continuarei, durante as próximas sessões desta Casa, trazendo à discussão debates sobre o IPTU. Quero dizer que não sou contra o aumento do IPTU para os terrenos vazios, pois eles são terrenos de engorda. Pelo contrário, acho que teria de ser aplicado o IPTU progressivo e dado um prazo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Isso é, exatamente, o que estabelece o Estatuto da Cidade para que aquele terreno pudesse ter fim social. Isto é o que estabelece, inclusive, a nossa Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. A função social da propriedade há de ser cumprida. Esta função social da propriedade não é cumprida quando o terreno está vazio. Agora, daí a tentar fazer com que este instrumento seja utilizado de uma forma de quase exploração da população já é diferente. Vejam, o prefeito comparou isso com um carro quando o carro é uma opção voluntária. Quanto à casa, a maioria das pessoas ou a grande quantidade de cidadãos não tem a sua casa como especulação. Isso não existe. A casa é para se viver.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- A mais valia que essa casa pode ter não significa que ela melhorará a minha renda ou as minhas condições de vida se, de

repente, a prefeitura diz que o bairro em que moro, que é um bairro popular, deixa de ser e se transforma em um bairro nobre. Este é o caso de várias denúncias feitas. E qual foi o critério utilizado para que aquele bairro deixasse de ter o caráter popular ou o caráter de classe média para se transformar em um bairro nobre da cidade?

Como o meu tempo já se esgotou, agradeço ao Sr. Presidente, deputado Marcelino Galo, que preside esta sessão, pela sua tolerância.

Voltarei a tratar deste tema na próxima sessão.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários, ocupo a tribuna na manhã desta quinta-feira nesta Casa para relatar alguns fatos que vêm acontecendo em nossa região no Sul da Bahia, em especial, Itabuna, Itapé, Itaju, Itajuípe, enfim, toda aquela região.

Sr. Presidente, ocupei a tribuna outras vezes para tratar deste assunto importante que é a paralisação das obras da Barragem do Rio Colônia na cidade de Itapé. Com relação a esta obra, o governador assinou, em janeiro do ano passado, a ordem de serviço, em Itabuna, mais precisamente no Centro Cultural, para iniciar a construção do empreendimento importante para melhorar o sistema de abastecimento de água não só de Itabuna como dos municípios vizinhos.

Itabuna é uma cidade que cresce sem investimentos por parte do governo do Estado. O sistema de abastecimento de água precisa ser melhorado para atrair indústrias para aquela região.

O cacau, que contribuiu com o Estado no passado, vive, hoje, uma crise. Primeiro, o preço do cacau, realmente, estabilizou, mas não há produção. Então, hoje, a cultura da região precisa, em primeiro lugar, claro, de um processo de diversificação. Em segundo que o governo trabalhe no sentido de atrair indústrias para fortalecer a economia daqueles municípios, que dependem, basicamente, da geração de emprego para distribuir recursos e melhorar o comércio, melhorar a prestação de serviço na área de saúde, na qual também falta investimento.

Mas quero falar da questão da barragem, que está paralisada. O governador fez uma festa, levou todo o secretariado, e agora a comunidade regional cobra todos os dias, a imprensa tem feito o seu papel de cobrar e divulgar realmente o acontecido na região. Hoje pela manhã conversei com alguns fazendeiros de Itaju, Itapé e Lomanto Júnior, e essa comunidade está muito triste porque essa obra foi paralisada, obra com recursos do governo federal, do PAC.

Para nós é de estranhar o comportamento e o tratamento que o governo está dando àquele empreendimento tão importante, em se tratando de obra com recursos do governo federal, através do PAC.

Coloco aqui a indignação não só do deputado Augusto, mas da comunidade regional, que precisa, Sr. Presidente, de uma intervenção desta Casa. V.Ex^a conhece a região, sabe da importância dessa barragem do Rio Colônia para atrair indústria e

melhorar o sistema de água de Itabuna. Nas comunidades daquela cidade, no dia a dia, falta água para o consumo humano, então é preciso realmente o início e a conclusão dessa barragem. Soube que a construtora Andrade Galvão realmente já entregou ao Estado toda a responsabilidade, especificamente para a Cerb, dizendo que não tem condição, com os recursos alocados no orçamento da União, através da Caixa Econômica, com a contrapartida do governo do Estado, de tocar com R\$ 18,8 milhões uma obra tão importante para o desenvolvimento do Sul da Bahia.

Estou indo à região nesta semana, vou conversar com a comunidade regional no sentido de marcar uma audiência com o secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e com o presidente da Cerb, para cobrar agilidade do Estado e uma postura que possa realmente tocar e terminar essa obra, que não é para atender a fazendeiros, é para atender a comunidade regional, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Augusto Castro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem, deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir uma verificação de quórum da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Nobre deputado, sua questão de ordem será atendida. (Pausa.)

Não havendo número suficiente de nobres deputados para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*